

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

PROCESSO STJ N. 015359/2018**CONTRATO STJ N. 31/2019**

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
CONTRATADA: LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A		
CNPJ/MF: 19.877.285/0002-52		
ENDEREÇO: ST SHN Quadra 02, Bloco "F", n. 87, Sala 1003, Edifício Executive Office Tower, Asa Norte		
CIDADE: Brasília	UF: DF	CEP: 70.702-906
TELEFONES: (61) 99841-3926 (Sr. Dourado)/ (85) 3466-8000 / 0800-275-9303		
E-MAIL: alexandre.mota@lanlink.com.br / src@lanlink.com.br / adm.licitacao@lanlink.com.br		
REPRESENTANTE: ALEXANDRE MOTA ALBUQUERQUE		
CPF: 261.138.723-00	RG: 93001004190 – SSP/CE	

DADOS SOBRE O CONTRATO
OBJETO: Fornecimento de licenciamento Microsoft na modalidade Enterprise Agreement (EA), contemplando o pacote <i>Microsoft 365 E3</i> complementado pelos produtos "Windows Defender ATP", "Office 365 ATP" e "Azure ATP".
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, n. 7.174, de 12 de maio de 2010, Instrução Normativa STJ n. 4, de 7 de outubro de 2013, e, subsidiariamente, Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n 060/2019
VALOR DO CONTRATO: R\$ 18.751.297,92 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos)

UNIDADE FISCALIZADORA: Coordenadoria de Infraestrutura - CIEP

OBSERVAÇÕES: A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura do contrato o documento disposto no item 2.1, alínea “a” deste contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
2019NE001188	30/05/2019	02.126.0568.157V.0001	44.90.40	Ordinário	R\$ 33.868,00
2019NE001189	30/05/2019	02.126.0568.157V.0001	33.90.40	Ordinário	R\$ 6.216.564,64

PROCESSO STJ n. 015359/2018

CONTRATO STJ n. 31/2019

Fornecimento de licenciamento *Microsoft* na modalidade *Enterprise Agreement (EA)*, contemplando o pacote *Microsoft 365 E3* complementado pelos produtos “*Windows Defender ATP*”, “*Office 365 ATP*” e “*Azure ATP*”.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o objeto a seguir descrito, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, n. 7.174, de 12 de maio de 2010, na Instrução Normativa STJ n. 4, de 7 de outubro de 2013, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATANTE:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 06, Lote 01, Brasília-DF, representado por seu Secretário de Administração, **WALTER DISNEY NOLETO COSTA**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 384.928.061-68, portador da Cédula de Identidade n. 959.165, expedida pela SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA:

LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 19.877.285/0002-52, com sede no ST SHN Quadra 02, Bloco “F”, n. 87, Sala 1003, Edifício Executive Office Tower, Asa Norte, Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor da Regional Fortaleza/CE, **ALEXANDRE MOTA ALBUQUERQUE**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 261.138.723-00,

portador da Cédula de Identidade n. 93001004190, expedida pela SSP/CE, residente e domiciliado em Fortaleza/CE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contrato o fornecimento, pela CONTRATADA, de licenciamento *Microsoft* na modalidade *Enterprise Agreement* (EA), contemplando o pacote *Microsoft 365 E3* complementado pelos produtos “*Windows Defender ATP*”, “*Office 365 ATP*” e “*Azure ATP*”.

1.2 O quadro abaixo apresenta o objeto da contratação, composto dos produtos a serem licenciados na modalidade de contratação por volume denominada “*Enterprise Agreement*”, disponibilizada pelo fabricante *Microsoft*, com validade de 36 (trinta e seis) meses.

Item	SKU	Descrição	Qtd
1	7R7-00002	O365E1FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	4.000
2	AAA-10906	O365E3 ShrdSvr ALNG SU MVL Off365E1 PerUsr	2.815
3	AAA-10760	EntMobandSecE3FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	4.000
4	AAA-10766	WinE3FromSA ALNG SubsVL MVL PerUsr	4.000
5	PEJ-00002	M365E5Security ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	4.000
6	3Q2-00002	ProjOnlnEssntls ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	50
7	7SY-00002	ProjOnlnPrem ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3
8	9K3-00002	VisioOnlnP2FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	10
9	NK4-00002	PwrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	80
10	6VC-01254	WinRmtDsktpSrvcsCAL ALNG SA MVL UsrCAL	100
11	6VC-01252	WinRmtDsktpSrvcsCAL ALNG LicSA MVL UsrCAL	200
12	7JQ-00343	SQLSvrEntCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic	29
13	7NQ-00292	SQLSvrStdCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic	8
14	9GA-00313	CISSteStdCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic	96
15	9GS-00135	CISSteDCCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic	192

1.3 Como parte do modelo de licenciamento *Microsoft Enterprise Agreement*, eventuais quantitativos de licenças adicionais poderão ser adquiridos anualmente, de acordo com o processo “*True Up*”, mediante aditivos contratuais, observando-se o limite definido no §1 do Art. 65 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, através de formalização a ser efetuada 30 (trinta) dias antes da data de aniversário do contrato.

1.3.1 Neste caso, os preços referentes às licenças adicionais deverão obedecer ao definido no processo “*True-Up*” previsto na modalidade *Enterprise Agreement*, conforme descrito a seguir:

a) no caso dos produtos relacionados no quadro constante do item **1.2** contemplando a aquisição de Licença e o direito ao *Software Assurance* (LicSA), especificamente o SKU 6VC-01252:

a.1) se realizadas no 1º ano da vigência contratual: 100% do valor da licença de uso, mais o valor do “*Software Assurance*” para 2 anos e meio (2,5 vezes o valor anual do *software assurance*);

a.2) se realizadas no 2º ano da vigência contratual: 100% do valor da licença de uso, mais o valor do “*Software Assurance*” para 1 ano e meio (1,5 vezes o valor anual do *software assurance*);

a.3) se realizadas no 3º ano da vigência contratual: 100% do valor da licença de uso, mais o valor do “*Software Assurance*” para meio ano (0,5 vezes o valor anual do *software assurance*).

b) No caso dos produtos relacionados no quadro constante do item **1.2** contemplando apenas o direito ao *Software Assurance* (SA), especificamente os SKUs 6VC-01254, 7JQ-00343, 7NQ-00292, 9GA-00313, 9GS00135:

b.1) se realizadas no 1º ano da vigência contratual: 6.5 vezes o valor anual do *Software Assurance*;

b.2) se realizadas no 2º ano da vigência contratual: 5.5 vezes o valor anual do *Software Assurance*;

b.3) se realizadas no 3º ano da vigência contratual: 4.5 vezes o valor anual do *Software Assurance*.

c) No caso dos produtos relacionados no quadro constante do item **1.2** comercializados na modalidade de *Software* como Serviço (*Software as a Service* – SaaS), especificamente os SKUs 7R7-00002, AAA-10906, AAA10760, AAA-10766, PEJ-00002, 3Q2-00002, 7SY-00002, 9K3-00002, NK4-00002:

c.1) deverá ser determinado o valor mensal do produto, dividindo-se seu valor total anual por 12 (doze) meses;

c.2) o valor total referente ao preço do produto será calculado de maneira *pro rata temporis*, multiplicando-se o valor mensal pela quantidade de meses restantes desde o início da utilização do produto até o fim da vigência contratual.

1.4 As especificações constantes do edital de licitação, do termo de referência e da proposta comercial fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 Para fins de execução do presente contrato, a CONTRATADA deverá:

a) apresentar, no ato de assinatura do contrato, certificado ou declaração do fabricante indicando que é revendedora autorizada a comercializar os *softwares* na modalidade “*Enterprise Agreement*”;

b) iniciar a execução do contrato imediatamente a partir da data de sua formalização;

c) entregar o objeto desta licitação na Coordenadoria de Infraestrutura, da Secretaria de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, situada no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 06, lote 01, 1º andar, Prédio da Administração, sala F-121. Telefone para contato: 3319-9077;

d) fornecer o licenciamento dos produtos acompanhado de chaves de ativação e demais itens necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, contemplando as versões indicadas neste contrato ou as versões mais recentes disponibilizadas pelo fabricante, observando todas as especificações técnicas consignadas em sua proposta comercial;

e) fornecer credenciais de acesso ao(s) site(s) do fabricante, para a realização de “*downloads*” dos produtos adquiridos, em suas versões mais recentes, bem como para a realização de “*downloads*” de correções, atualizações recentes, drivers, e quaisquer “*softwares*” de apoio ali disponibilizados, mantendo a conta corporativa já existente em nome do CONTRATANTE;

f) fornecer ao CONTRATANTE, sem ônus adicional, mídias contendo os produtos objeto deste contrato, caso não seja possível efetuar o “*download*” diretamente a partir do “*site*” do fabricante;

g) disponibilizar ao CONTRATANTE acesso ao site que contenha Base de Conhecimento do fabricante sobre os produtos contemplados no objeto do ajuste;

h) disponibilizar ao CONTRATANTE monitor de controle de licenças fornecidas e dos direitos adquiridos;

i) fornecer a documentação técnica completa e atualizada dos produtos adquiridos, contendo manuais do fabricante, guias de instalação e outros documentos pertinentes, sempre em suas versões originais;

i.1) a documentação poderá ser disponibilizada em site do fabricante, com acesso liberado ao CONTRATANTE;

j) fornecer ao CONTRATANTE, em até 30 dias corridos após a assinatura do contrato, a documentação comprobatória do direito adquirido sobre os produtos e serviços abaixo relacionados, incluindo, quando for o caso, quantidades cobertas, formas de solicitação, credenciais de acesso e prazos de validade:

j.1) suporte à Resolução de Problemas em regime ininterrupto;

j.2) direitos de utilização de treinamentos à distância (*e-Learning*);

j.3) serviço de planejamento da implementação das soluções adquiridas;

j.4) “*vouchers*” de treinamento para cursos presenciais;

j.5) outros benefícios decorrentes da contratação sob a modalidade *Enterprise Agreement for Government*;

k) validar, sempre que necessário, em razão de eventuais mudanças de nomenclatura dos produtos, os novos nomes e códigos referentes às versões mais atualizadas;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

3.1 Serão aceitos os seguintes mecanismos formais de comunicação:

Tipo	Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Frequência
Reunião inicial para alinhamento de procedimentos e expectativas.	Ata de Reunião	Contratante/ Contratada	Gestores, Fiscais,	Reunião Presencial	Evento único
Reuniões periódicas junto as áreas demandantes para “feedback” da utilização, novas demandas dos softwares contratados.	Ata de Reunião	Gestor do Contrato	Gestores, Fiscais,	Reunião Presencial	Uma a cada ano de vigência.
Quaisquer questões administrativas durante a execução do contrato de cunho mais formal;	Ofício / Ata de Reunião (assinados e digitalizados)	Contratante/ Contratada	Contratada / Contratante	Correio eletrônico	Eventual
Questões administrativas e operacionais cotidianas durante a execução do contrato;	Mensagem Eletrônica (email)	Contratante/ Contratada	Contratada / Contratante	Correio eletrônico	Eventual
Chamados / suporte	E-mail/Web site/Telefone	Contratante	Fornecedor	Internet ou Telefonia	Eventual

Definições gerenciais e/ou administrativas	Ata de Reunião	Contratante/Contratada	Contratada / Contratante	Reunião	Eventual
--	----------------	------------------------	--------------------------	---------	----------

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 A CONTRATADA deverá entregar as licenças de uso dos *softwares* solicitados pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da assinatura do contrato.

4.2 Antes de findar o prazo fixado no item anterior, a CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pelo CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação do prazo ou aplicação das penalidades previstas no contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento provisório realizar-se-á no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega do documento de licenciamento, que atestará tão somente seu recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações e com a proposta.

5.2 O Recebimento Definitivo se dará no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações da CONTRATADA.

5.2.1 A verificação de tal atendimento deverá ser realizada por meio de consulta ao “site” do fabricante que registra os produtos licenciados em nome do CONTRATANTE, e suas respectivas quantidades.

5.2.2 A CONTRATADA deverá entregar todos os itens necessários à sua perfeita instalação e uso no prazo especificado na proposta, bem como em plena compatibilidade com as especificações e com a proposta apresentada.

5.3 O CONTRATANTE constituirá Comissão de Recebimento e Fiscalização, em observância ao disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93, para fins de recebimento provisório e definitivo, que serão lavrados em termos circunstanciados e assinados por ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A CONTRATADA declara receber cópia da Portaria STJ n. 293, de 31 de maio de 2012, ter sido informada sobre a política de sustentabilidade do Superior Tribunal de Justiça e compromete-se a cumprir os requisitos legais e os definidos na Portaria, observadas as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, quando aplicáveis ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência do Contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1 As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 22/05/2019, documento SEI 1605952.

8.2 O preço ajustado é final, nele estando inclusos todos os encargos que a CONTRATADA experimentará no cumprimento das obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1 O preço a que se refere o item **8.1** poderá ser reajustado tendo como limite a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste.

9.2 O reajuste será realizado mediante negociação entre as partes e observará o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir da data limite da apresentação da proposta ou da data subsequente ao último do período utilizado no reajuste anterior.

9.3 O pedido de reajuste deverá ser requerido pela CONTRATADA anualmente, após os 12 (doze) primeiros meses de vigência.

9.4 Caso a CONTRATADA não observe as condições do item **9.3**, o direito ao reajuste precluirá a cada 12 (doze) meses, considerando como marco inicial de contagem a data limite da apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As partes ajustam que o valor do presente Contrato fica estimado em R\$ 18.751.297,92 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), conforme item **8.1**.

10.2 As despesas com a execução deste Contrato serão atendidas com os recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas.

10.3 Foram emitidas, em 30/05/2019, as seguintes Notas de Empenho:

Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
2019NE001188	30/05/2019	02.126.0568.157V.0001	44.90.40	Ordinário	R\$ 33.868,00
2019NE001189	30/05/2019	02.126.0568.157V.0001	33.90.40	Ordinário	R\$ 6.216.564,64

10.4 A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

10.5 O número da nota de empenho, emitida para atender às despesas do presente Contrato em exercício futuro, integra o contrato, independentemente de transcrição, cujo registro ocorrerá no SIAFI.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

11.1 Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

11.2 O valor integral do contrato será dividido, para efeitos de pagamento, em 3 (três) parcelas anuais, com a incidência de reajuste utilizando o índice ICTI (índice de Custos de Tecnologia da Informação) sobre cada uma das parcelas, e mediante a apresentação do documento de cobrança pela CONTRATADA, seguido da respectiva atestação pelo Gestor do Contrato, da seguinte forma:

- a)** Primeira parcela: A ser paga no primeiro período de 12 (doze) meses da vigência contratual, imediatamente após a emissão do Termo de Aceite Definitivo;
- b)** Segunda parcela: 12 (doze) meses após a emissão do Termo de Aceite Definitivo;
- c)** Terceira parcela: 24 (vinte e quatro) meses após a emissão do Termo de Aceite Definitivo;

11.3 No caso de eventuais aquisições de quantitativos de licenças adicionais, efetuadas dentro da margem de 25% (vinte e cinco por cento) de aditivo contratual, e obedecendo às condições

estabelecidas na expansão via cláusula “True Up” do “Enterprise Agreement”, os pagamentos serão realizados da seguinte forma:

11.3.1 Nos casos previstos na alíneas “a” e “b” do subitem **1.3.1**, o pagamento será referente ao valor integral do produto, na mesma data do pagamento anual originalmente previsto no contrato.

11.3.2 Nos casos previstos na alínea “c” do subitem **1.3.1**, o pagamento obedecerá às seguintes condições:

11.3.2.1 deverá ser pago, no mês do início de sua utilização, o valor pró-rata equivalente à quantidade de meses restantes até o final do período de 12 (doze) meses corrente, considerada a vigência contratual;

11.3.2.2 nos demais períodos subsequentes de 12 (doze) meses de vigência contratual, deverá ser pago, na mesma data do pagamento anual originalmente previsto no contrato, o valor equivalente a mais 12 (doze) meses.

11.4 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA, na Seção de Protocolo Administrativo do CONTRATANTE, localizada no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 06, lote 01, bloco “B”, sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília – DF.

11.5 O pagamento será efetivado mediante crédito realizado em conta corrente bancária no prazo abaixo:

a) 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993;

b) 10 (dez) dias úteis, contados da atestação da nota fiscal, para os demais casos.

11.6 O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal.

11.6.1 Nos casos contemplados pelo item **11.5**, alínea “b”, a atestação deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar:

a) da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;

b) do recebimento definitivo, nos demais casos.

11.7 Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente Contrato, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

11.8 O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto no item **11.5**, desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a correção monetária do valor devido, calculada *pro rata tempore*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do IGP/DI-FGV.

11.9 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.

11.10 Ocorrendo a hipótese prevista no subitem **11.9**, o prazo para o pagamento do novo documento de cobrança obedecerá à regra estabelecida no subitem **11.5** e os valores pagos serão os vigentes na data da efetiva prestação dos serviços.

11.11 Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.

11.12 A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.

11.12.1 Na hipótese do item **11.12**, os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.

11.13 O STJ exigirá da(s) empresa(s) contratada(s), por ocasião do pagamento, a apresentação dos comprovantes de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados e junto à Caixa Econômica Federal, por meio do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

11.14 A CONTRATADA deverá comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, de acordo com a Lei n. 12.440/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:

- a) fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste Contrato, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
- b) submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído;
- c) responsabilizar-se por danos causados, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, a equipamentos e/ou outros bens de propriedade desta ou de terceiros;
- d) não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE.
- e) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil e penal, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- f) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos produtos, fornecendo os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados.
- g) executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade aplicáveis
- h) manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejaram a contratação.

12.2 Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea “h” do item **12.1**.

12.3 Além das demais obrigações previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:

- a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional.
- b) nomear a equipe de gestão do contrato, conforme previsto na IN nº 04/2013 STJ.

b.1) Será responsabilidade da Equipe de Gestão do Contrato:

b.1.1) analisar e verificar se as exigências contratuais foram alcançadas e propor as glosas estipuladas para cada caso;

b.1.2) exigir da CONTRATADA, sempre que necessária, a apresentação de documentos que comprovem a validação e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação previstas no ato convocatório;

b.1.3) verificar e aprovar os documentos encaminhados pela CONTRATADA;

b.1.4) atestar a nota de cobrança encaminhada pela CONTRATADA e enviá-la à área administrativa para providências, juntamente com eventuais documentos auxiliares;

b.1.5) encaminhar a documentação comprobatória de penalizações ou multas administrativas para os setores responsáveis e sugerir providências.

12.3.1 O CONTRATANTE franqueará à CONTRATADA acesso às notas de empenho emitidas para atender às despesas deste Contrato durante sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução do contrato, a CONTRATADA fica sujeita:

13.1.1 A advertência, se couber, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

13.1.2 A multa moratória de 0,33 % (trinta e três décimos por cento) por cada dia de atraso na execução do objeto contratado, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento) do valor total de cada licença não entregue, nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/1993.

13.1.2.1 Considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado

13.1.3 Na hipótese do item **13.1.2**, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, a Unidade Gestora do CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do Contrato ou instrumento equivalente;

13.2 Não havendo mais interesse do CONTRATANTE na execução do Contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, ou no caso da não entrega da documentação disposta no item Erro! Fonte de referência não encontrada. do edital, poderá ser aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do inciso II do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

13.3 O valor da multa aplicada, após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrado judicialmente;

13.4 Excepcionalmente, *ad cautelam*, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

14.1 As partes desde já ajustam que não existirá, para o CONTRATANTE, nenhuma solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos art. 77 a 79 da Lei n. 8.666/1993, o que a CONTRATADA declara conhecer.

15.2 O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado, salvo anuência expressa da Administração, quando a nova pessoa jurídica preencher os requisitos de habilitação requeridos (exigidos) no Edital e mantiver as demais cláusulas e condições previstas no contrato.

15.3 Na hipótese de a CONTRATADA dar causa à rescisão, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A presente contratação foi precedida da Licitação n. 060/2019, na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento na Lei n. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, e nos Decretos n. 5.450/2005, n. 8.538/2015, n. 7.174/2010, Instrução Normativa STJ n. 4/2013, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666/1993, na autorização constante do Processo STJ n. 015359/2018 e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 22/05/2019, razão pela qual integram este ajuste.

16.2 Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005 e, de forma subsidiária, da Lei n. 8.666/1993, nos princípios de direito público, e em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

16.3 Em conformidade com o disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei n. 8.666/1993, o presente ajuste será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

16.4 As questões oriundas deste Contrato serão dirimidas no foro de Brasília – DF.

E, estando justos e contratados os representantes das partes assinam a presente Contrato, eletronicamente, para que surtam os devidos efeitos legais.

WALTER DISNEY NOLETO COSTA

Secretário de Administração
Superior Tribunal de Justiça

ALEXANDRE MOTA ALBUQUERQUE

Diretor da Regional Fortaleza/CE
Lanlink Soluções e Comercialização em Informática S.A



Documento assinado eletronicamente por **Walter Disney Noleto Costa, Secretário de Administração**, em 11/06/2019, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Mota Albuquerque, Usuário Externo**, em 11/06/2019, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1622899** e o código CRC **F514F462**.





015359/2018

1622899v23